A sociedade em transformação

A sociedade portuguesa debate-se entre auto-considerar-se uma sociedade inerte e anestesiada face às políticas moralistas e recessivas que lhe estão a ser impostas pela troika e, noutra perspectiva, uma sociedade unida contra os poderes políticos incompetentes que a oprimem, em democracia, servindo-se dos frágeis movimentos sociais para não apenas exprimir a sua raiva mas também para, qual água mole em pedra dura, fazer vingar a sua vontade a prazo.

Esta angústia é própria de tempos de renovação dos processos de transformação social, como foram os tempos que antecederam o golpe de 25 de Abril de 1974 – em que se temia o que viria a seguir, numa época de agudização da guerra colonial e de forte inflacção de preços – ou os que antes disso antecederam os acontecimentos de Maio de 1968 em Paris, quando os jornais espelhavam o tédio dos comentadores sobre a vida social e política estagnada. Diz-nos pouco sobre o que efectiva e praticamente vai ocorrer no futuro próximo. Pois a situação europeia, nacional e pessoal é muito distinta da que era nesses dois momentos históricos – hoje portugueses e franceses, com muitos outros povos, partilham moeda e instituições internacionais comuns – e a crença num futuro melhor, seja económico seja social, está extremamente abalada, quando comparada com meio século atrás. A Europa decadente apresenta-se ao mundo com o peso de uma baleia que se dirige à praia para se suicidar, deixando os seus competidores na posição de a convencerem a não fazer isso (e as suas periferias em situação de colapso anunciado, como é o caso de Portugal).

A revolta massiva no Ocidente encontra as instituições surdas, entretidas em tratar à maneira das respectivas elites dos seus próprios interesses na globalização, abandonando as sociedades aos recursos cada vez mais minimizados, insensíveis às fábricas de pobreza e à queda demográfica de consequências desumanas. A violência e a guerra, assuntos habitualmente tratados na comunicação social como expressões de atraso civilizacional, próprias de outras paragens do mundo, tornam-se preocupações ainda vagas mas cada vez mais presentes no quotidiano dos europeus.

A análise social não surge, nesta oportunidade, como um factor de orientação para a vida social, aparentemente tão atarantada como os cidadãos sobre o que se esteja a passar. A teoria social, é natural, irá sofrer nos próximos anos transformações profundas, seja por reacção aos acontecimentos que se antecipam profundamente traumáticos para as pessoas e as instituições, seja por adaptação à hostilidade cada vez mais manifesta dos poderes dominantes face à crítica social, ainda que mitigada e institucionalmente instalada e condicionada. Uma parte da teoria social já se libertou das peias que condicionam o exercício da teoria social dominante e procura novos caminhos mais profícuos.

Os textos que se seguem são exercícios de actualização da teoria social à luz da vontade de tomar por igual o valor humano dos vencedores e dos perdedores actuais e futuros, sem os quais a ideia de construção de uma humanidade, o programa de respeito pelos direitos humanos, perde o seu frágil sentido.

Agentes de transformação somos todos

O actor é socio-carismático mas a sua transformação não se anuncia apenas sob a forma declaratória. Historicamente a transformação da humanidade não começou com o humanismo. E quando se pretendeu autodeterminar, a sociedade seguiu caminhos não planeados.

Por vezes a transformação antecede a sua interpretação, como ocorre hoje em dia – dado que os “sacrifícios” não são projecto de futuro -; outras vezes é um programa transformador explícito e consciente, como os Descobrimentos, que conduz a transformação e a mobilização, o que não significa que o programa seja cumprido e quando o for será sempre cumprido com adaptações inesperadas.

Na verdade, os vários processos transformadores actualmente esboçados – o preconizado pelo Fórum Económico Mundial e o desejado pelo Fórum Social Mundial – desenvolvem formas de agir e pensar novas que são selecionadas, digamos assim, pela história mas sob condições tais que podem tornar irrevelantes as respectivas influências ou, pelo contrário, justificar o estabelecimento de regimes de causa-efeito, como o Renascimento esteve para as Luzes e estas para a Revolução. Por exemplo, capitalismo selvagem, capitalismo de Estado, capitalismo sem Estado no caso do neo-liberalismo. Ou, numa perspectiva de activistas, o movimento operário heróico, o movimento operário institucionalizado, a dispersão organizada e intersolidária dos novos movimentos sociais.

O progresso pode parecer racional, na medida em que pode ser anunciado como uma história de sucesso a longo prazo. Mas entretanto ocorrem colapsos, decorrentes da manutenção de práticas habituais depois de esgotados os recursos que permitiram o seu estabelecimento, sem que a sociedade consiga dar-se conta e aceitar tal esgotamento (ecológico, energético, demográfico e de sentido). O facto de o espaço aberto pelos colapsos poder ser preenchido por sistemas civilizacionais, como nos Balcãs no desmantelamento da ex-Juguslávia, não deve fazer-nos perder de vista o caso da Somália e de outros territórios vítimas de Estados falhados.

A imposição de uma perspectiva optimista na análise social, em que o progresso é tomado como um pressuposto da natureza, na condição de ser revelada a razão motora da vontade social, não apenas contribui para o obscurecimento da falta de sentido das transformações em curso – ditadas singelamente pela persecução de interesses imediatos e à vista a que os banqueiros vieram a chamar “ganância” dos prevaricadores da ética bancária, a que os governos sequestrados pelo sistema bancário global chamam “confiança” dos mercados nos Estados e a que outros chamam o síndrome da dívida soberana – como perde de vista a realidade de diferentes colapsos sociais vividos em diferentes países, sobretudo no chamado terceiro mundo, mas também na União Soviética, e por diferentes classes sociais, entre as quais as que somam os 25% de pobres na população total a viver na União Europeia e a chamada classe média que faz de lastro social aos regimes europeus tal como os temos conhecido até agora e que está a ser fortemente atrofiada com as políticas actuais.

Porque é que os sinais de forte agitação e contestação social da juventude excluída, nos arredores de Paris e Londres, em 2005 e em 2011 respectivamente, ou no centro de Atenas em 2008, que durou dias e se expandiu a diferentes outras cidades, não foram tratados pela comunicação social como movimentos sociais e foram reduzidos a episódios de violência sem sentido? Serão os movimentos sociais (e a sociedade) uma experiência exclusiva das pessoas integradas, que não caíram na pobreza e usufruem de uma vida de classe média, como os Indignados e os *Occupy* ou os sindicalizados? Será a sociedade moderna uma expansão da sociedade de Versailles às classes aburguesadas afluentes ou um direito universal de participação de todos e cada um no projecto de construção da humanidade? Serão os movimentos sociais (e a sociedade) experiências susceptíveis de serem vividas por qualquer pessoa, a qualquer momento, com maior ou menor acompanhamento, com maior ou menor apoio de discursos racionais, com mais ou menos impacto na vida alheia e a nível global? Serão os movimentos sociais resultados de expectativas racionais de progresso? Serão sempre votados ao sucesso? E quando são esmagados pela força? E quando são ultrapassados por outros movimentos mais amplos, como por exemplo uma guerra? E quando renascem das cinzas com os mesmos símbolos mas com conteúdos actualizados, como os movimentos nacionalistas? O que renasce: é o irracional ou a racionalidade implícitos no movimento social original?

Os movimentos sociais

Ser ou fazer parte de um movimento social tornou-se um desejo de muitas pessoas, para quem isso é uma questão identitária, na escassez de outras perspectivas de vida socialmente útil. Nesses termos a certificação sociológica de ser este e aquele movimentos verdadeiros, por cumprirem os critérios mínimos de impacto social e institucional que se requer para ter alguma presença histórica, e meros simulacros outros movimentos cuja importância a sociologia antecipa ser reduzida ou nula, é uma intervenção social não apenas política e histórica – eventualmente construtiva e progressista – mas também uma intervenção psicológica e destrutiva, para os actores sociais mais frágeis que deem crédito aos discursos sociológicos.

É sobretudo uma intervenção cujo valor depende da capacidade de previsão do futuro dos sociólogos, eventualmente apoiados em modelos de desenvolvimento determinísticos, cujo acerto dificilmente será tomado universalmente por cientificamente correcto. As transformações sociais em curso podem revelar-se muito diferentes das que gostaríamos de antecipar e a desorientação a esse nível parece ser mais plausível caracterizar a situação actual do que alguma certeza ou sequer alguma convicção sobre o assunto.

No seio da própria teoria social foram produzidas alternativas às concepções dominantes actualmente. Uma delas merecerá aqui alguma atenção.

A teoria psico-social de movimento social Francesco Alberoni (1989), centrada na verificação do facto da emergência recorrente, no mundo religioso, dos negócios, da ciência, na vida pessoal, para além da vida política, cívica e pública, da experiência existencial a que deu o nome de estado-nascente, concebe-o como uma experiência comum mas não banal susceptível de ser vivida por qualquer um. Os seus efeitos a longo prazo, duração, intensidade, impacto, notoriedade, serão, naturalmente, muito diferentes de caso para caso. A maioria das vezes os movimentos sociais passam desapercebidos aos observadores, mesmo os mais atentos, pois nunca chegam a sair da esfera privada. Mas quando emergem em sociedade de forma evidente isso significa existir previamente uma massa crítica de movimentos sociais dispersos em crescendo e com vontade/necessidade de se afirmarem em espaços sociais mais amplos do que aqueles por onde têm existido. Donde, a surpresa com que os movimentos sociais são recebidos – o que é uma característica de todos os movimentos sociais, mesmo os insignificantes – ser a surpresa dos observadores e comentadores que não partilham da inquietação (ou que sentindo-a preferem, por algum motivo, desvalorizá-la e desmobilizá-la do palco público). Para aqueles que partilham o estado-nascente – os que acreditam que a mobilização pública e a expressão generalizada da sua necessidade/vontade de mudar de vida é útil e irrecusável, mesmo fácil e à beira de dar frutos – não serão os primeiros obstáculos que os farão voltar à depressão pessoal e social a partir da qual romperam para a vida animada proporcionada pelo estado nascente e pelo encontro com outras pessoas na mesma circunstância, independentemente das esperanças de cada um poderem não ser coincidentes entre si e até poderem ser contraditórias.

A tensão social para a transformação, segundo Alberoni, é permanente em sociedade, pois há sempre miríades de pequenos movimentos sociais em marcha, como por exemplo os enamoramentos, o mais pequeno tipo de movimentos sociais existentes. Isso ocorre em qualquer sociedade, e não apenas nas sociedades modernas. A vida de cada um é feita de altos e baixos, como se costuma dizer. Por vezes o entusiasmo pela vida arrebata as pessoas e condu-las para feitos extraordinários, à sua escala. Certamente não por mero acaso, esses arrebatamentos podem coocorrer em larga escala. E podem ser motivo de imitação, provocando uma espécie de cadeia de produção de estados-nascentes, a que os jovens são particularmente sensíveis – pois se encontram numa fase da vida necessariamente transformadora.

Como nas paixões ou nos êxtases, muita coisa pode correr mal, tanto entre os activistas dos movimentos sociais, cujos entusiasmos podem confrontar-se com práticas sociais alheias incompatíveis com as respectivas espectativas e desejos, como relativamente aos constrangimentos naturais no processo de desenvolvimento dos movimentos – parados pelo irrealismo das condutas levadas à prática – e aos constrangimentos organizados por forças institucionalizadas treinadas especialmente para fazer reverter essas energias sociais para a defesa dos seus próprios interesses, de que o Estado é instrumento privilegiado, nas suas vertentes repressivas e de controlo social.

Nesta concepção, raramente considerada pelas análises sociológicas no quadro do estudo dos movimentos sociais, estes não são necessariamente um modo de modernização ou de humanização da vida social ou de contestação do *status quo*, do regime político ou do sistema jurídico-económico. Os movimentos sociais não são, à partida, nem moral nem politicamente bons ou maus. Não cabe ao observador julgar as qualidades morais e políticas dos movimentos sociais. Cabe-lhe caracterizá-los na sua resiliência, na sua massa, na sua direcção, na sua consistência, na sua durabilidade, nos discursos produzidos em nome dele e contra ele, na sua capacidade de mobilização de recursos, materiais e humanos, etc. As transformações sociais não são determinísticas e podem correr mal ou não ocorrer. Podem concorrer para o progresso ou para o retrocesso da civilização e da humanização.

As identidades

As sociabilidades humanas são mais ou menos enérgicas, agitadas, entusiasmadas e energizantes, entusiasmantes e susceptíveis a agitadores conforme estejam presentes na vida de cada um os movimentos sociais, no sentido do estado nascente, isto é uma noção de sentido para a vida evidente e utópica a ser perseguida irresistivelmente, pois, para a pessoa em causa, o seu destino está marcado pela convicção da bondade (e maldade) dessa acção necessária, que tomou conta de si.

Os grupos de adolescentes, mais ou menos violentos, os grupos políticos que tomam as instituições para seu benefício, os interesses corporativos e profissionais, são exemplos concretos de tipos de acção social entusiasmada, capaz de influenciar mais ou menos gente à sua volta, seja por sedução seja por sequestro (o síndrome de Estocolmo mostra a potencial equivalência funcional entre as duas práticas, uma geralmente tida por benévola e a outra por malévola). Conforme as épocas históricas, assim os estigmas morais são construídos com mais ou menos eficácia, mais ou menos benevolência, sobre certas formas de agregação de estados nascentes (por exemplo, em torno de associações religiosas, como a Opus Dei ou as Maçonarias), sendo oportunidade e escolha socialmente diferenciada de cada um integrar-se e integrar, em graus distintos, a identidade de tais grupos instituídos e a sua própria identidade pessoal ou familiar. Independentemente das formas de recrutamento, dos recursos disponíveis a cada grupo-instituição, as práticas de estímulo e apresentação dos respectivos propósitos e crenças, o maior ou menor entusiasmo que provocam nas pessoas aderentes e a terceiros, da influência procurada e/ou conseguida a níveis de existência mais amplos, como as nações, as civilizações, a globalização, cada ser humano precisa de procurar sentido para a sua própria vida e para as suas ocupações.

Quando as sociedades modernas oferecem a liberdade de escolha das identidades pessoais e sociais, reclama, como nota Giddens, ao mesmo tempo, uma reflexividade por vezes angustiante, a que todos teremos de fazer face, com os amigos e os recursos disponíveis. Geralmente a melhor identificação social das pessoas modernas é a referência à sua profissão, ao seu empregador, ao sector de actividade em que trabalha. Mas há muita gente sem emprego e sem actividade económica, cuja identidade deverá ser procurada noutras pertenças, como a dos clubs desportivos, muitas vezes associados a territórios comunitários ou de residência. As classes sociais distinguem-se entre si também pela diferença de oportunidades e recursos para participarem de vários círculos sociais, para usar uma expressão de Simmel. Os excluídos caracterizam-se por serem remetidos e não saberem escapar a redutos de sociabilidade sem alternativas, portanto dependentes, no limite intencionalmente afastados do convívio social de onde possa brotar alguma oportunidade, como no caso dos presos e das comunidades residenciais cercadas pela violência da estigmatização estatal (podem ser “bairros problemáticos” ou “bairros sociais”) a quem tornam os transportes proibitivos, cercados de estigmas sociais difundidos por máquinas de propaganda poderosas, como a comunicação social e partidos políticos, no caso da xenofobia notoriamente.

As solidariedades

Hoffmann (2000) descreve-nos a existência de sentimentos de empatia naturais na espécie humana, na verdade desenvolvimentos evolutivos que contribuíram para a sobrevivência da espécie. Tais sentimentos são motivo de atenções sociais especiais no desenvolvimento das pessoas, seja no sentido de que o crescimento das crianças as torna paulatinamente aptas a usarem a empatia seja no sentido de os adultos moldarem à sua maneira a empatia dos mais novos, educando-os moralmente para os cuidados com os mais próximos e para a justiça com todos os humanos.

Processos miméticos automáticos são universalmente praticados pelas pessoas, ao mesmo tempo que desenvolvem sentimentos de culpa perante si mesmas – quando não correspondem ao desejo-obrigação de cuidar de terceiros em necessidade – perante os seus mais próximos – quando praticam actos transgressivos aos olhos dos seus educadores – e perante os seus pares – quando não correspondem às solicitações dos amigos e companheiros.

Um misto de indução fisiológica, a que a experiência de vida acopla associações directas a memórias de situações vividas densamente emocionais semelhantes, de algum modo, a experiência actual, e condicionamento do meio, provocado pela observação da situação em concreto, é mobilizado em cada momento, automaticamente. Uma parte de nós faz o varrimento interior (sentimo-nos bem ou não) e outra parte de nós faz o varrimento exterior, através dos sentidos (sentimo-nos confortáveis ou não).

A simpatia dos nossos acompanhantes, no momento, imediatamente notará algum mal estar ou desconforto e perguntará: “O que se passa?” A resposta será “Não me sinto bem” ou “Não estou a gostar do ambiente” ou até, “Isto já passa”, pois a pessoa está disposta a proceder a um processo de adaptação ao meio social envolvente, aprendendo a tornar-se, paulatinamente, semelhante, por mimetismo e empatia, aos frequentadores do ambiente social a que desejou aderir e passar a frequentar. Hoffman fala de associação mediada para se referir à ajuda da verbalização e da conversação para estes processos de adaptação a novos meios sociais. Fala em papel assumido para se referir a assunção de papeis estranhos por parte de uma pessoa, seja apenas para compreender terceiros seja para os mimar e se tornar como eles.

Esta operacionalização complexa e social da empatia humana está, naturalmente, sujeita a erros, assim haja árbitros para os declarar. Cada um de nós sentir-se-á melhor ou pior depois de cada interacção social, nem sempre em condições de aprofundar o sentido e a razão de ser de tal sentimento. Por vezes sabe apenas não lhe ser possível voltar a passar pela mesma situação, pois ela trouxe à presença existencial tabus incorporados cuja força está para além das capacidades de controlo pessoal. Outras vezes, apesar de não nos sentirmos culpados, alguém com autoridade pode-nos chamar a atenção de terem sido quebradas regras sociais ou alguém mesmo sem autoridade de havermos violado princípios de conduta conhecidos. Normas, regras e princípios de comportamento social estão permanentemente em jogo e em causa, moldando a vida social e construindo o sentido moral, do que está certo e errado, em cada ser humano, a que se associam sentimentos de culpa e de vergonha para completar a memória de cada um sobre o que seja a sociabilidade.

Desenvolvem-se os sentimentos de empatia e justiça não apenas a nível pessoal, claro, mas sobretudo a nível social, dada a capacidade/necessidade dos humanos construírem níveis de realidade cada vez mais elevados e mais eficazes, seja na capacidade de poupar energias – através da organização educativa do mimetismo espontâneo na espécie – seja na extensão no espaço e no tempo de modos selecionados como particularmente eficientes de sociabilidade, a que chamamos civilização. Hoffman distingue os níveis de socialização doméstica, as experiências pessoais/individuais que a modernidade possibilita, modos de socialização fora de casa, como aquele que acima descrevemos com algum detalhe. Num nível superior, supra pessoal, referido a resultados de trabalhos institucionais e formalizados, o autor refere a produção de princípios de justiça, em função de sistemas organizativos e de abstracção construídos para o efeito (de certa maneira todas as instituições cumprem esta função, embora com valor apenas interno. As instituições de justiça fazem-no expressamente na intenção de cumprir essa mesma função mas de modo externalizar e universalizar os princípios em causa). Refere também o empenhamento social na construção desses princípios, nomeadamente o impacto de casos concretos que, tal como uma fagulha num campo seco, pode gerar controvérsias sobre o valor dos princípios de justiça vigentes e o modo como são socialmente utilizados.

As civilizações, claro, além de terem manifestas dificuldades em cumprirem os respectivos cadernos de encargos morais, como se dá o caso no Ocidente com os Direitos Humanos, confrontam-se necessariamente – faz parte da história – com a perversidade dos seus próprios princípios. O que implica o meta princípio, democrático, de qualquer sistema de princípios não ser perfeito e ter um prazo de validade, no fim do qual novos princípios, novas instituições, novas práticas, novas classes dominantes, deverão ser construídas. Como promover essa transformação social e moral com o mínimo de danos pessoais, isto é sem violência directa, física, é um desafio que está na ordem do dia. Ao lado das guerras, dos ataques ao ambiente, da degradação das condições de vida de milhões de famílias indefesas face aos sistemas bélicos e financeiros sem responsabilidade nem rosto. E das ameaças de serem as próprias instituições a lançarem a violência como forma de dissuasão das multidões candidatas a protagonistas da história no derrube de mais esta classe dominante.

As multidões

Nos últimos anos, paulatinamente, a memória dos tempos revolucionários fundadores do regime democrático, há tampo tempo esquecidos e até ignorados, voltou a estar presente no dia-a-dia. Primeiro como memória benévola de Salazar, político caracterizado pela contenção das finanças públicas enquanto o governo de Sócrates acelerava as despesas públicas num mar de corrupção impune com o fito de ultrapassar a crise económica nacional de longa duração através da receita da criação de focus de investimento com massa crítica, isto é fora das possibilidades da economia nacional, a não ser a coberto das prerrogativas do Estado, cf. Dores (2009). Depois como necessidade de renovação dos valores de actualização moral do regime, perante a irracionalidade da intervenção internacional e da subordinação das classes dominantes nacionais aos *dictat* do fogo amigo da União Europeia, sob a tutela de Passos Coelho.

A ansia de moralização atravessa toda a sociedade europeia, e a portuguesa também. Para ultrapassar as situações de pobreza renasce o assistencialismo fomentado pelo Estado e por grande parte das instituições sociais privadas que nunca ultrapassaram essa maneira de ver a solidariedade, sem ser como uma forma de “ajudar” quem esteja em baixo e agradecer o facto de estar “em cima”. Já antes do aumento dos investimentos na rede assistencial promovida pelo governo PSD/CDS alunos de sociologia questionados sobre as potenciais causas da pobreza eram perentórios em afirmar ser esta o resultado da falta de educação para a poupança dessas camadas da população e, mais recentemente, acrescentaram a essa incapacidade uma outra: a dos pobres com licenciaturas não estarem habituados a organizar as refeições com produtos baratos (como batatas, cebolas, cenouras, sic) mas bem confeccionados. No mesmo sentido militam muitos políticos, nomeadamente aqueles que explicam as reduções de salários em curso – na Alemanha como em Portugal – não com a bolha imobiliária ou o falhanço da ideia de bastarem ao ocidente as mais-valias da economia dos imateriais (a nova economia de que se deixou de ouvir falar) mas com a culpa moral da preguiça e da corrupção dos PIGS (Portugal, Itália e Irlanda, Grécia e Espanha). Ignoram que 25% da população a viver nas fonteiras da União Europeia era pobre antes da crise financeira rebentar e que, portanto, os males da civilização estão bem repartidos.

Ignoram sobretudo o facto de se ter criado uma classe política internacional garante do funcionamento de instituições internacionais directamente e exclusivamente financiada pelos lucros do sistema bancário global, cada vez mais distante das outras classes sociais, ancoradas localmente à vida quotidiana, cf. Reich (1991), Oborne (2008) e Dores (2011).

Os privilegiados começam a ser procurados, geralmente entre os funcionários públicos, pelos governos que não prestam contas da sua actividade, encobertas em engenharias financeiras promovidas globalmente e, ao mesmo tempo, fortemente condenadas no ano 2008, quando se falou do retorno do Marx, na punição dos prevaricadores e até da refundação do capitalismo. Em Portugal, praticamente todos os professores, que juntamente com os juízes foram entregues com isco político para a ansiedade popular, saíram à rua, em 2008, sob a tutela dos sindicatos, contra a avaliação punitiva que o governo lhes preparou.

Não era possível então prever as mobilizações populares de novas mega manifestações por todo o país, mais tarde, contra o desamparo com que as instituições políticas deixaram os interesses populares, rasgando contratos de trabalho e baixando como entenderam os salários, mantendo todavia as obrigações contratuais das populações para com os bancos que sobre elas despejaram créditos a granel nas últimas décadas. Acabou-se a solidariedade institucional com os seus representados. E a frustração pacífica saiu à rua. Prevendo-se outro tipo de consequências mais violentas à medida que o desespero se tornar menos envergonhado e a persistência da situação de carência se revelar definitiva.

A 15 de Setembro de 2012 cantou-se o hino nacional e o hino da revolução dos cravos, Grândola Vila Morena. A transformação social está em marcha. Haverá certamente a alegria de promover novas e felizes solidariedades. Mas o sofrimento da fome, da exclusão, do abuso e abandono de crianças, mulheres com filhos e velhos, já é bem presente na vida de muitas pessoas. De que o Estado se escusa a assumir responsabilidades e a promover uma moral social capaz de ajudar a combater tais fenómenos.

Na Grécia e noutros países europeus tomados pela miséria, como a Hungria, as práticas neo-nazis de estigmatização e ataque directo a grupos sociais particulares, estrangeiros, activistas de esquerda, pessoas de orientação sexual minoritária, ciganos e outros, são uma realidade. Ao nível da União Europeia o assunto não merece comentários. O comentário mais regular é que seja qual for o governo e a política local, o serviço da dívida do Estado deve ser a primeira prioridade a respeitar, antes mesmo da saúde ou da educação das populações, cujos serviços estão a ser minimizados e desqualificados. Contribuindo para a confirmação da existência de uma sociedade de ordens ou castas, em que o sentido da vida de uns (1%) é alheio à possibilidade da existência dos outros (99%, dizem os *Occupy*, manifestando-se solidários com os excluídos, junto de quem desejam estar desde já).

Os textos que se apresentam procuram expor as limitações da teoria social dominante e dos movimentos sociais em particular para ajudar a entender o que se passa actualmente na vida das pessoas e das sociedades, em especial no Sul da Europa. E, ao mesmo tempo, mobilizar a teoria social na perspectiva de se confrontar com as realidades e, desse modo, reposicionar-se e actualizar-se. Esse foi o modo como pareceu correcto apresentar uma moral cognitivamente útil, em particular, não perder de vista a igualdade ontológica fundamental de qualquer pessoa, baseando-nos nas iguais potencialidades genéticas e na partilha de sociabilidades que fazem de cada um de nós muito mais do que um indivíduo, um nó pertinente e, eventualmente, surpreendente e útil na história da humanidade, isto no caminho tortuoso e contraditório até ao dia em que os direitos humanos possam ser efectivamente respeitados em todo o planeta.

São textos que discorrem sobre a perplexidade da falta de reacção popular ao anúncio da perversidade moral em Wall Street (ganância, denunciaram os próprios banqueiros e políticos através da comunicação social), que abriu a oportunidade de reorganização do sistema financeiro “para que tudo fique na mesma”. E ficou.

O segundo e quarto texto referem-se à análise sumária do significado das duas maiores mega manifestações vividas em Portugal, em 12 de Março de 2011 e 15 de Setembro de 2012. O terceiro texto introduz a componente jurídica associada á noção de povo, doutrinalmente o soberano dos Estados democráticos mas em nítida ruptura com a situação. O que, evidentemente, coloca problema de legitimidade e questiona as regras sociais em vigor.

O quinto texto procura distanciar-se da actualidade, remetendo o pensamento para experiências vividas no século XIX e a interpretação que elas fizeram autores clássicos das ciências sociais, no intuito de com eles e a evolução das sociedades e do pensamento social aprender sobre a melhor forma de encarar o presente.

No último texto procura-se apresentar algumas sugestões de temas capazes de ajudarem a revisitação das bases das teorias sociais numa perspectiva eventualmente útil à sua renovação.

Bibliografia:

Alberoni, Francesco (1989) *Génese*, Lisboa, Bertrand.

Dores, António Pedro (2009) “Avançar ou travar?” em revista *Autor*, <http://www.revistaautor.com/index.php?option=com_content&task=view&id=524&Itemid=1>.

Dores, António Pedro (2011) “O fim da sociedade?” Colóquio Internacional *Portugal entre desassossegos e desafios,* 17 e 18 Fevereiro, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, <http://www.ces.uc.pt/portugal2011/media/abstracts/10_Antonio_Pedro_Dores.pdf>

Hoffman, Martin L. (2000) *Empathy and Moral Development – Implications for Caring and Justice*, Cambridge, Cambridge University.

Oborne, Peter (2008/2007) *The Triumph of the Political Class*, Pocket Books.

Reich, Robert B. (1991*) O Trabalho das Nações*, Lisboa, Quetzal.